



Secom-MT

TCU ANULA LICITAÇÃO DO PARQUE DE CHAPADA

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o cancelamento da concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e deu 15 dias para a publicação de um novo edital. A decisão foi tomada de forma unânime na tarde desta quarta-feira, 5 de julho. A decisão é favorável para o Estado, que buscava ser readmitido na licitação anterior e agora poderá disputar o novo leilão. Na representação, o Estado questionou irregularidades no processo de concessão feito pelo ICMBio, que desclassificou a MT Par da concorrência para gerenciar o parque nacional.

PÁG. 5

Caso de Edna pode ficar para agosto

A conclusão do processo ético contra a vereadora Edna Sampaio (PT) deve ficar para depois do fim do recesso parlamentar, em agosto. A informação é do presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000 (PL). Em entrevista à imprensa, Chico comentou que o recesso começará no dia 17 de julho e terminará no dia 31 do mesmo mês. O presidente explicou que a vereadora ainda tem prazo de quatro sessões ordinárias para que seus advogados apresentem a defesa por escrito.

PÁG. 4

Mauro tenta adiar votação da reforma

Insatisfeito com o texto atual da reforma tributária, o governador Mauro Mendes (União) tenta convencer do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a adiar a votação para depois

do recesso parlamentar, entre agosto e setembro. Porém, Lira segue determinado em realizar a votação na quinta-feira, 6 de julho, e já colocou a matéria para discussão em plenário nesta quarta, 5. Mauro

argumenta que o texto oficial da reforma tributária só foi apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) há cerca de uma semana e ainda não foi debatido o suficiente.

PÁG. 4



AssCom Dourado

DE VOLTA AO DOURADO, CLAYSON QUER FAZER TEMPORADA MELHOR QUE EM 2021

PÁG. 8

PRODUTOR DE SOJA PODE PERDER ATÉ 45% DA RENDA, APONTA SEFAZ

Cálculos apresentados pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT) apontam que o agronegócio também deverá ser afetado pela reforma tributária. Responsável pelo superávit bilionário da balança comercial durante os últimos anos, o setor deve sofrer com aumento no custo de produção devido à nova tributação sobre os insumos, como sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. Atualmente, os insumos para produção agrícola têm alíquotas reduzidas ou são desonerados em Mato Grosso, para garantir a competitividade do agronegócio. Porém, a reforma tributária deve colocar todos esses itens na alíquota na alíquota padrão do IVA, que ainda será definida.

PÁG. 3



Marcos Vergueiro/Secom-MT

JOVEM É MORTO COM 4 TIROS NA CABEÇA

PÁG. 6



FACEBOOK



INSTAGRAM



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!

QUINTA - 06/07

↑ 35°

↓ 17°



EDITORIAL

Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz

vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que respeitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado,

afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para captura-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

A função do servidor público

Artur Marques da Silva Filho (*)

A estabilidade no setor público brasileiro, introduzida na Constituição de 1934 e ratificada na Carta Magna de 1988, em seu Artigo 41, atende a um preceito global das nações democráticas, de tornar o funcionalismo imune à alternância partidária e ideológica nos governos e às influências políticas e de interesses de grupos. Resguarda-se, assim, o direito da população a serviços eficazes e isonômicos.

Para que essa condição seja garantida também é essencial que a contratação dos servidores baseie-se em critérios técnicos, conhecimento e capacitação, sem qualquer interferência de políticos, autoridades ou segmentos da sociedade e do poder econômico. Daí o significado e a fundamentação dos concursos públicos. O primeiro deles, organizado de modo semelhante ao que há atualmente, realizou-se em 1937, quando cerca de cinco mil candidatos disputaram vagas no então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Com o tempo, muitos aperfeiçoamentos verificaram-se no âmbito dos concursos públicos, essenciais à admissão de profissionais capacitados à prestação de serviços aos brasileiros. Estamos falando, dentre outros, de professores, médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais, delegados de polícia, investigadores e outras carreiras da segurança, fiscais, engenheiros, geólogos, magistrados, cartórios dos fóruns, promotores, defensores públicos, procuradores, técnicos e atendentes da previdência, economistas e todo o pessoal especializado que provê suporte administrativo às distintas áreas.

Considerada a importância dos concursos, é louvável a intenção do atual governo de promover seu aperfeiçoamento, a partir do Projeto de Lei 2.258/2022, aprovado pela Câmara dos Deputados. Trata-se de substitutivo ao PL 92/2000 do Senado, que agora precisa ratificar a matéria. A incorporação de tecnologia para melhorar os processos de seleção, am-

pliação da diversidade nos grupos de candidatos e melhor adequação dos conteúdos e focos de conhecimento específicos para cada carreira são avanços relevantes.

Entretanto, outras possibilidades em discussão, a exemplo de entrevistas pessoais e treinamento prático supervisionado como requisitos para admissão, precisam ser mais bem-analisadas. Afinal, são critérios que fogem à objetividade dos exames e submetem os candidatos ao julgamento subjetivo de terceiros. Por mais que se preze pela imparcialidade e proficiência dos profissionais responsáveis por essas etapas suplementares e eliminatórias, é muito difícil garantir imunidade integral a influências e avaliações de caráter pessoal, colocando-se em risco o fundamento basilar do concurso público. Outro ponto questionável encontra-se no Artigo 8º do PL, que prevê a possibilidade de realização de provas on-line. Não acredito que haja qualquer modelo cibernético capaz de assegurar a plena segurança desse processo virtual. O risco de fraudes seria imenso.

O modelo de contratação dos profissionais para a prestação de serviços à sociedade deve ser sempre melhorado e aprimorado, em linha com as transformações socioeconômicas e os avanços tecnológicos e das estruturas laborais. No entanto, é preciso preservar totalmente a integridade, a imparcialidade e a lisura do concurso público, principal fator para que o funcionalismo não trabalhe para governos, mas sim para o povo.

**ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP). A AFPEP é uma entidade sem fins lucrativos e direcionada ao bem-estar dos servidores civis estaduais, municipais e federais atuantes do território paulista. Fundada há nove décadas, é a maior instituição associativa da América Latina, com cerca de 240 mil associados. Está presente em mais de 30 cidades.*

PUBLICIDADE LEGAL
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.
(65) 99228-9990
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

VARIOLA DOS MACACOS: CUIDADOS, PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO

Apesar de levar o nome de “varíola dos macacos”, a transmissão da doença não está relacionada aos macacos. O nome vem da descoberta inicial do vírus em macacos em um laboratório dinamarquês em 1958. Até o momento, o mundo registra 41,5 mil casos distribuídos em 96 países.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 98,5% dos casos estão entre pessoas do sexo masculino. Desse percentual, 76,5% é de homens entre 18 e 44 anos; 0,5% de 0 a 17 anos e 0,1% de 0 a 4 anos. A idade mediana dos infectados é 36 anos.

O sintoma mais comum nas pessoas diagnosticadas com a doença é a febre. No Brasil, além da reação térmica do corpo, pacientes relataram inchaço de gânglios, erupções na pele e dores musculares. Quanto aos locais das erupções, 59,9% acometeram órgãos genitais dos infectados, 44,4% no tronco e 40,3% em membros superiores.

Ao sentir algum sintoma suspeito que possa ser compatível com a varíola dos macacos, também conhecida como monkeypox, procure uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Unidade de Pronto Atendimento para avaliação. Informe se você teve contato próximo com alguém com suspeita ou confirmação da doença. Se possível, isole-se e evite o contato próximo com outras pessoas.

OS SINAIS E SINTOMAS, EM GERAL, INCLUEM:

Erupção cutânea ou lesões de pele; Adenomegalia/Linfonodos inchados (inguas); Febre; Dores no corpo; Dor de cabeça; Calafrio; Fraqueza.

DIAGNÓSTICOS - Caso suspeito: pessoa de qualquer idade que apresenta início súbito de lesão em mucosas e/ou erupção na pele aguda profunda e bem circunscrita de monkeypox, única ou múltipla, em qualquer parte do corpo; e/ou dor proctite (por exemplo, dor anorretal, sangramento) e/ou edema peniano, podendo estar associada a outros sintomas. Caso provável: caso que atende à definição de caso suspeito, que apresente um ou mais critérios (Plano de Contingência

- página 8), com investigação laboratorial de varíola dos macacos não realizada ou inconclusiva, e que o diagnóstico da doença não pode ser descartado apenas pela confirmação clínico-laboratorial de outro diagnóstico.

Caso confirmado: caso suspeito com resultado laboratorial “positivo/detectável” para varíola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

Caso descartado: caso suspeito com resultado laboratorial “negativo/não detectável” para varíola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

PREVENÇÃO - A principal forma de proteção contra a monkeypox é a prevenção. Assim, aconselha-se a evitar o contato direto com pessoas com suspeita ou confirmação da doença. E no caso da necessidade de contato (por exemplo: cuidadores, profissionais da saúde, familiares próximos e parceiros, etc.) utilizar luvas, máscaras, avental e óculos de proteção.

Pessoas com suspeita ou confirmação da doença devem cumprir isolamento imediato, não compartilhar objetos e material de uso pessoal, tais como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente, talheres, até o término do período de transmissão.

Lave regularmente as mãos com água e sabão ou utilize álcool em gel, principalmente após o contato com a pessoa infectada, suas roupas, lençóis, toalhas e outros itens ou superfícies que possam ter entrado em contato com as erupções e lesões da pele ou secreções respiratórias (por exemplo, utensílios, pratos).

Lave as roupas de cama, roupas, toalhas, lençóis, talheres e objetos pessoais da pessoa com água morna e detergente. Limpe e desinfete todas as superfícies contaminadas e descarte os resíduos contaminados (por exemplo, curativos) de forma adequada.

Todas as informações sobre a varíola dos macacos estão disponíveis no site do Ministério da Saúde (www.gov.br/saude/pt-br)

Marketing digital

Renato Torres (*)

No cenário altamente competitivo de hoje, o marketing digital desempenha um papel fundamental no crescimento e na visibilidade das empresas. Uma das estratégias é a otimização de mecanismos de busca (SEO), por esse motivo é fundamental entender como esses recursos funcionam e como otimizar o conteúdo para aumentar a visibilidade e o tráfego orgânico do site.

Para Renato Torres, especialista em Marketing, palavras-chave, meta descrições, estrutura de URLs e outros elementos-chave do SEO também ajudam inúmeras empresas a alcançarem sucesso por meio de estratégias eficazes de marketing digital.

Outro pilar é o marketing de conteúdo. Torres enfatiza a necessidade de criar conteúdos relevantes e envolventes, que agreguem valor aos clientes em potencial. Ele sugere alguns diferentes formatos que podem ser utilizados. “Invista em blogs, infográficos, vídeos e eBooks, sempre aliado a uma estratégia consistente e bem planejada”, reforça.

A presença nas redes sociais é outro aspecto crucial e por isso é importante saber como escolher as plataformas corretas para o público-alvo, criar conteúdo cativante e engajar os seguidores de forma autêntica. “Todos esses recursos apresentam métricas que podem ser analisadas para avaliar o desempenho das campanhas e ajustar a estratégia conforme necessário”, aconselha Torres.

Para impulsionar o alcance e acelerar os resultados, os anúncios pagos são uma estratégia valiosa. Torres aconselha a explorar as diferentes opções de publicidade on-line, como anúncios no Google, Facebook, Instagram e LinkedIn. “Sempre é preciso levar em consideração a importância de segmentar o público, o orçamento e mensurar resultados”.

A automação de marketing também se destaca como uma ferramenta poderosa. Renato destaca como a automação pode agilizar processos, nutrir leads e melhorar a eficiência das campanhas de marketing. “Desde que devidamente integrada e planejada com outras iniciativas de marketing digital, é possível alcançar um resultado excelente”, pontua o especialista.

As estratégias de geração de leads são fundamentais para o crescimento dos negócios, assim como atrair e saber identificar contatos qualificados, bem como nutri-los

ao longo do funil de vendas. Para ajudar nessa missão, Renato separou alguns tópicos:

Consciência (topo do funil)

Crie conteúdo relevante e informativo, como artigos de blog, vídeos ou infográficos, que atraiam a atenção dos leads.

Ofereça materiais ricos, como e-books, webinars, em troca das informações de contato dos leads.

Utilize estratégias de marketing de conteúdo para aumentar a visibilidade da sua marca e estabelecer sua autoridade no setor.

Consideração (meio do funil)

Envie e-mails personalizados com conteúdo direcionado aos interesses e necessidades específicas dos leads.

Realize webinars ou eventos on-line para fornecer informações mais detalhadas sobre seus produtos ou serviços.

Ofereça demonstrações gratuitas ou avaliações para permitir que os leads experimentem sua solução antes de tomar uma decisão de compra.

Decisão (fundo do funil)

Envie depoimentos de clientes satisfeitos e estudos de caso que demonstrem os benefícios reais do seu produto ou serviço.

Ofereça suporte especializado, como consultas individuais ou atendimento personalizado, para ajudar os leads a superarem quaisquer objeções finais.

Crie ofertas exclusivas, como descontos, pacotes de serviços adicionais ou garantias estendidas, para incentivar a conversão.

Dicas práticas recomendadas para nutrir leads em todas as etapas

Utilize uma ferramenta de automação de marketing para segmentar seus leads e enviar comunicações personalizadas.

Acompanhe as interações dos leads com seu conteúdo e site para entender melhor seus interesses e intenções.

Esteja presente nas redes sociais, interagindo com seus leads por meio de comentários, mensagens e compartilhando conteúdo relevante.

Realize pesquisas ou enquetes para entender as necessidades dos leads e adaptar suas estratégias de marketing.

**RENATO TORRES é um empresário especializado em tecnologia e marketing, com ampla experiência no setor. Ao longo de sua carreira, ele tem ajudado empresas a implementarem estratégias eficazes de marketing digital e alcançarem resultados notáveis. Sua paixão pela tecnologia e seu conhecimento estratégico o tornam um consultor altamente respeitado no mercado.*

REFORMA TRIBUTÁRIA

Sefaz aponta prejuízos para o agro

Cálculos apresentados pela Secretaria de Fazenda apontam que a renda bruta do produtor de soja pode cair até 45% com a aprovação do texto atual

Gabriel Soares

Cálculos apresentados pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MT) apontam que o agronegócio também deverá ser afetado pela reforma tributária. Responsável pelo superávit bilionário da balança comercial durante os últimos anos, o setor deve sofrer com aumento no custo de produção devido à nova tributação sobre os insumos, como sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Atualmente, os insumos para produção agrícola têm alíquotas reduzidas ou são desonerados em Mato Grosso, para garantir a competitividade do agronegócio. Porém, a reforma tributária deve colocar todos esses itens na alíquota na alíquota padrão do IVA, que ainda será definida.

Os cálculos da Sefaz apontam que essa mudança pode provocar um aumento no custo dos três principais produtos de exportação do agronegócio mato-grossense. A alta deve ser de 7,48%

na soja, chegando a 9,65% no caso do milho. Já o algodão pode sofrer aumento de até 8,96% no custo de produção.

Para o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, essas mudanças ameaçam a competitividade do agronegócio mato-grossense, além de causar impactos negativos sobre os principais itens de alimentação brasileira.

“Vai ser perda de competitividade na veia, precisamos de apoio, estamos com a bancada toda mobilizada. [...] É hora de união”, disse Gallo, durante uma reunião para debater a reforma tributária com os setores produtivos de Mato Grosso.

A renda dos produtores com o aumento da tributação também deve cair drasticamente, segundo os cálculos apresentados pela Sefaz. O maior prejuízo se dará na cultura da soja. A Sefaz prevê que haverá uma queda de até 45% na renda bruta do produtor de soja após a reforma tributária. Os



Marcos Vergueiro/Secom-MT

Produtores de soja devem ser os mais afetados pela reforma tributária, com perda de até 45% da renda bruta

produtores de milho e algodão devem sofrer um pouco menos, com uma queda de 20% na renda bruta.

Diante desses números, o diretor-executivo da Aprosoja-MT, Wellington Andrade, avaliou que o texto atual da reforma tributária atende apenas aos interesses das grandes

indústrias e dos bancos, enquanto causa prejuízos aos demais setores. Ele lembrou que a associação tem se preparado para esse momento desde 2018, já prevendo o cenário atual.

“Um dado importante é que essa Reforma Tributária do jeito que está atende aos interesses de somen-

te 15% do PIB brasileiro, as grandes indústrias e os bancos (setor financeiro). Os outros 85% do PIB Brasileiro que engloba agropecuária, serviços, comércio, saúde, não são atendidos por essa reforma, pelo contrário, são prejudicados com aumento de carga tributária”, argumentou.

PROPOSTAS - Na tentativa de evitar esses prejuízos, entidades ligadas ao agronegócio estão se mobilizando em Brasília para emplacar alterações no texto. Nesta quarta-feira, 5 de julho, lideranças do agronegócio apresentaram uma série de demandas para serem anexadas ao texto da reforma tributária.

Dentre os pontos defendidos pelo setor está a criação de uma alíquota única para a agropecuária, limitada a 20% da alíquota padrão do IVA. Ou seja, se a alíquota padrão for fixada em 30%, a alíquota do agro deve ser de 6%.

Outro pedido é que os produtores com faturamento anual de até R\$ 4,8

milhões não sejam obrigados a pagar tributos, ficando apenas com a opção de adesão voluntária. Também pedem que o Imposto Seletivo (uma taxa que será aplicada sobre alguns produtos ainda não definidos) não recaia sobre insumos agrícolas ou alimentos.

Além disso, o setor pede que não haja cobrança de IPVA sobre aeronaves agrícolas e tratores. Isso porque o texto atual da reforma prevê a cobrança de IPVA para jatinhos, lanchas e iates, que hoje não são atingidos pelo imposto.

As entidades pedem ainda que haja garantia de ressarcimento dos créditos tributários em até 60 dias e que eles não sejam estorçados. Por fim, apontam a necessidade de tratamento diferenciado para os agricultores cooperados. Eles apontam que não pode haver uma tributação mais gravosa sobre o cooperado e a cooperativa do que haveria se ele operasse individualmente ou por outro tipo de grupo societário.

MELHORA NA CONJUNTURA

Ipea projeta maior crescimento e menor inflação

Mariana Tokarnia/ABR

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diante dos avanços observados na economia brasileira nos três primeiros meses do ano, reviu as previsões econômicas e espera que o Brasil cresça mais e que a inflação seja menor do que o esperado anteriormente para 2023. As novas previsões e as análises do instituto foram divulgadas nesta quarta-feira (5), na Visão Geral da Conjuntura.

A nova previsão do instituto é que o Produto In-

terno Bruto (soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país - PIB) cresça 2,2% em 2023. A antiga previsão, até março, era de um crescimento de 1,4%. Já a inflação deve ser menor. A previsão da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,6% para 5,1% em 2023.

De acordo com o relatório, a revisão da previsão do PIB em 2023 ocorreu após o crescimento dos primeiros três meses do ano ter superado as expectati-

vas do Ipea. A previsão do instituto para o período era um crescimento de 1,2% em relação ao período anterior, ou seja, em relação aos últimos três meses de 2022, e que avançasse 2,7% em comparação com os primeiros três meses de 2022. O crescimento, no entanto, foi maior, 1,9% em relação ao trimestre anterior e 4% em relação ao mesmo período de 2022.

A inflação menor que a esperada, por sua vez, ocorre também devido à valorização do real brasileiro, que junto com a deflação das cotações das

commodities resulta em força que pressiona para baixo os preços no atacado, induzindo a um cenário de desinflação no varejo e nos preços ao consumidor. Para o restante do ano, portanto, a perspectiva é, segundo a análise divulgada, de estabilidade.

No documento, os pesquisadores detalham alguns fatores que contribuem com o cenário projetado. Dentre eles, o aumento da demanda por commodities brasileiras, motivada, entre outros fatores, pela reabertura econômica da China. Este ano,

o Brasil registrou recorde de superávit mensal na balança comercial para o mês, puxados pelo aumento das exportações de commodities como petróleo, minério de ferro, milho e soja.

Dentro do país, o Ipea aponta duas forças distintas em direções opostas. De um lado, a manutenção por período prolongado de taxas de juros elevadas por parte da autoridade monetária, alcançando o valor médio anualizado de 45% no mercado de crédito, o que pressiona para baixo o crescimento. De outro, impulsionam o crescimen-

to, as medidas fiscais que permitem a sustentação da renda das famílias, assim como a elevação da demanda pública, tanto do consumo do governo como dos investimentos públicos.

O Ipea destaca ainda que novas medidas continuam atuando no sentido de sustentar a renda das famílias no segundo trimestre do ano como um novo aumento do salário mínimo, reajuste dos salários dos funcionários públicos federais, antecipações do abono salarial e os ajustes do valor do Bolsa Família.

EMPRÉSTIMOS

CAE do Senado aprova Marco Legal das Garantias

Luciano Nascimento/ABR

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou nesta quarta-feira (5), em votação simbólica, o texto do projeto de Lei (PL) 4.188/2021 que estabelece o Marco Legal das Garantias de Empréstimos. A proposta, que segue agora para apreciação do plenário da Casa, altera normas que tratam das garantias de empréstimos visando diminuir o risco da inadimplência. A comissão ainda aprovou um pedido de urgência para a matéria, que poderá ser votada no Senado nesta semana.

O projeto é originário do Poder Executivo, mas os senadores aprovaram um texto substitutivo do relator Weverton (PDT-MA), cuja proposta visa desburocrati-

zar juridicamente as garantias creditórias, contribuir para reduzir o custo do crédito, ou seja, os juros no país. O senador disse que a medida não representa nenhum perigo adicional de aumento do endividamento da população.

“As burocracias existentes aumentam os juros e dificultam a realização de empréstimos ao reduzir a qualidade das garantias”, escreveu o senador em seu parecer. O mercado e a sociedade acabam suportando as consequências negativas disso, como a inviabilização de novos empreendimentos e de diversos projetos profissionais individuais. Torna-se maior a dificuldade das famílias brasileiras de adquirir bens importantes para o seu dia a dia e até para o seu trabalho, como

automóveis, eletrodomésticos, computadores e telefones celulares”, completou.

A proposta trata, em geral, da desjudicialização da execução de título executivo judicial e extrajudicial, detalhando os procedimentos para a recuperação de bens, buscando simplificar esse processo. Atualmente, com exceção dos imóveis, os credores precisam ir à Justiça para cobrar os bens dados como garantia em caso de inadimplência. O texto, que estende a possibilidade de utilização de bens móveis em cobrança extrajudicial em caso de inadimplência, abre a possibilidade de que as negociações possam ser realizadas entre as partes.

Os senadores mantiveram no projeto, a possibilidade de um único imóvel

ser utilizado como garantia para mais de um empréstimo. Mas, pelo texto aprovado, fica proibida penhora do único imóvel de uma família para pagamento de dívidas.

Um dos pontos que causou mais divergência é a possibilidade de que notas e os tabeliões de protestos, além de leilões, também pudessem realizar leilão judicial ou extrajudicial ou de pedido dos interessados para o pagamento e dívidas. O trecho do foi objeto de um pedido de vista que adiou a votação no colegiado, marcada inicialmente para ontem (4).

Após negociação com os senadores, Weverton disse que poderia alterar o trecho, mas reconheceu a necessidade e maior amadurecimento do debate.

O relator voltou a incluir na proposta, o monopólio da Caixa Econômica Federal nas operações permanentes e contínua de penhor civil. Weverton

também zerou a alíquota de Imposto de Renda sobre rendimentos de beneficiários dos domiciliados no exterior envolvendo fundos de investimento.

CAIXA GOVERNO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA FAZENDA BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3123/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3124/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 17/07/2023 até 16/08/2023, no primeiro leilão, e de 28/08/2023 até 31/08/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a) Sr(a). ANDRÉ SOBREIRA DA SILVA, Rua Doutor Bento Teobaldo Ferraz, 190, São Paulo/SP - CEP 01140-070, Fones (11) 3393-3155 e atendimento de segunda a sexta das 09h às 17h, site: www.centraljudicial.com.br. O 1º Leilão estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 17/08/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 01/09/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.centraljudicial.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

CAIXA GOVERNO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA FAZENDA BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3117/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3118/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 07/07/2023 até 07/08/2023, no primeiro leilão, e de 18/08/2023 até 22/08/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. MARILAINÉ BORGES DE PAULA, no endereço Av. Braz Olívia Acosta, 727 - 5º andar - Jd. Califórnia, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14026-040, Telefone 0800-355-8000 no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18h. Site www.confiancalleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 08/08/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 23/08/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.confiancalleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

CAIXA GOVERNO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA FAZENDA BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3101/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3102/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 03/07/2023 até 16/07/2023, no primeiro leilão, e de 27/07/2023 até 31/07/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. SIMONE WENNING, Rua Abraham Lincoln, nº 38, Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-131, Fones (47) 98836-3676 e 99163 2116, Atendimento de segunda a sexta das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:30h, site: www.maxterleiloes.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 17/07/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 01/08/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.maxterleiloes.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

CAIXA GOVERNO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA FAZENDA BRASIL
 UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3113/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3114/0223 CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 03/07/2023 até 02/08/2023, no primeiro leilão, e de 11/08/2023 até 17/08/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. ANTONIO BRASIL II, no endereço Avenida das Palmeiras esquina com a Rua Vitória Régia, Quadra 05, Lote 06, Bairro Jardim dos Buritis, Aparecida de Goiânia/GO - CEP 74923-590, telefone (62) 3250-1500 / 3250-1502, Atendimento de segunda a sexta das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:30, site: www.leiloesbrasil.com.br. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/moveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 03/08/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 18/08/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.leiloesbrasil.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

REFORMA TRIBUTÁRIA

Mauro pede para adiar votação

Governador afirma que é preciso amadurecer o texto da reforma e sugere que votação seja remarcada para agosto, após o recesso parlamentar



Gilberto Leite

Mauro afirma que ainda há muitos pontos que precisam ser melhorados na reforma e cita possível tributação da cesta básica

Gabriel Soares | Rafael Machado

Insatisfeito com o texto atual da reforma tributária, o governador Mauro Mendes (União) tenta convencer do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a adiar a votação para depois do recesso parlamentar, entre agosto e setembro. Porém, Lira segue determinado em realizar a votação na quinta-feira, 6 de julho, e já colocou a matéria para discussão em plenário nesta quarta, 5.

Mauro argumenta que o texto oficial da reforma tributária só foi apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) há cerca de uma semana e ainda não teria sido debatido o suficiente. Ele ressalta que a reforma tributária é aguardada há mais de 35 anos e, por isso, não faz sentido tanta pressa para sua votação, ainda mais quando seus efeitos só terão início no ano de 2027.

“Na semana passada tava todo mundo de férias, uns

pulando São João lá no Nordeste, no Carnaval, alguns foram para Portugal. Ou seja, nada funcionou em Brasília na semana passada. E chegar nessa semana e querer votar rapidamente algo que vai impactar na vida de todos os brasileiros. Temos que fazer a reforma? Temos. Mas, com cuidado e responsabilidade, para não fazer algo que possa trazer graves consequências para os brasileiros”, disse o governador, em entrevista à Jovem Pan na noite de terça-feira, 3.

O governador se reuniu com o relator da reforma tributária na terça, para cobrar alguns ajustes no texto, e também tentou convencê-lo a adiar a votação. Porém, o relator não teria se comprometido com o adiamento, mas teria acatado outras sugestões.

“Eu acho que essa discussão precisa amadurecer um pouco mais para que nós votemos. Eu gostaria muito que a gente simplificasse, que votasse uma reforma mais madura. Não dá pra fazer agora, a con-

tragosto. É melhor que isso vá para agosto ou vá para setembro, para que haja um amadurecimento”, pontuou.

Entre as principais críticas de Mauro à reforma está o fim do incentivo fiscal para industrialização das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o que pode afastar as indústrias de Mato Grosso. Além disso, o governador apontou que o texto atual abre margem para tributação de produtos da cesta básica, além de um aumento na tributação sobre os produtores rurais.

“Tá muito claro lá que vai haver uma tributação na cesta básica. E não é justo que você tribute os mais pobres em detrimento daqueles que podem pagar um pouco mais. Então, existe uma tributação na cesta básica, vai haver um aumento na carga tributária pros mais pobres e pra classe média. Existe um privilégio muito grande pros exportadores, uma preocupação que possa haver um aumento na tributação para o agronegócio”, citou.

NEFASTO PARA MT

Júlio sugere coalizão contra texto da reforma

Gabriel Soares | Rafael Machado

Às vésperas da votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, somente uma mobilização total da bancada federal de Mato Grosso, ignorando ideologias partidárias, pode aliviar os impactos negativos para o Estado. A avaliação é do deputado estadual Júlio Campos (União), que já foi governador, senador, deputado federal e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT).

“Tanto é que o próprio prefeito Emanuel Pinheiro e o governador Mauro Mendes, pela primeira vez, se concordaram num assunto, que é a união em defesa de Mato Grosso e dos municípios contra essa maldadada reforma tributária”, disse Júlio, fazendo referência à histórica inimizade entre os dois gestores.

Em conversa com jornalistas nesta quarta-feira, 5

de julho, Campos afirmou que o texto atual da reforma tributária causará grandes prejuízos para Mato Grosso, principalmente devido à mudança na tribu-

tação da origem (onde os produtos são feitos) para o destino (onde são consumidos). Além disso, existe uma projeção de aumento na tributação do agronegócio, o

que levaria ao aumento dos custos de produção e, consequentemente, nos preços dos alimentos.

Júlio sugere que os mato-grossenses se unam

às bancadas de outros estados que também serão prejudicados pela reforma, para conseguir ter mais peso nas discussões na Câmara dos Deputados. Isso porque Mato Grosso tem pouca expressividade na Câmara, com apenas 8 parlamentares entre os 513, enquanto São Paulo tem 70, por exemplo. Porém, são justamente esses estados com mais representantes que vão se beneficiar da reforma.

“Do jeito que está sendo feito, vai beneficiar São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, o Sul do País e poucos estados do Centro-Sul, que vão ser grandes beneficiados, mas o resto serão prejudicados”, enfatizou Júlio.

Para contrapor a força política desses Estados, Júlio sugeriu que mato-grossenses com destaque no cenário político nacional também ajudem nas negociações, mesmo que não ocupem cargos eletivos. Ele cita como exemplo o ministro Gilmar Mendes,

do Supremo Tribunal Federal (STF), que é natural de Diamantino.

“O próprio ministro Gilmar Mendes, que é do Supremo Tribunal Federal, é uma autoridade que tem peso para cobrar do presidente da República, do ministro Fernando Haddad, uma melhor parcimônia com relação à distribuição desses recursos”, pontuou.

Outra expectativa é fazer alterações no projeto durante sua passagem pelo Senado, onde Mato Grosso tem ‘poder de fogo’ igual aos demais estados. Isso porque o número de senadores é fixo, 3 por estado, enquanto o número de deputados federais varia conforme a população.

A reforma tributária deve entrar na pauta de votação da Câmara para esta quinta-feira, 6 de julho. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já colocou o projeto para discussão nesta quarta, com objetivo de assegurar a votação em primeiro turno no dia seguinte.



Gilberto Leite

Júlio cita que até Emanuel e Mauro concordam que a reforma tributária será nefasta para o estado

APÓS O RECESSO

Conclusão do caso Edna pode ficar para agosto

Rafael Machado

A conclusão do processo ético contra a vereadora Edna Sampaio (PT) deve ficar para depois do fim do recesso parlamentar, em agosto. A informação é do presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Chico 2000 (PL). Em entrevista à imprensa, Chico comentou que o recesso começará no dia 17 de julho e terminará no dia 31 do mesmo mês.

O presidente não soube explicar se a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar já concluiu a fase de oitivas e concedeu o prazo de quatro sessões ordinárias para que o advogado de Edna apresentem sua defesa por escrito.

“Olha, a Comissão de Ética, acho que concluiu as oitivas. Não sei se abriu prazo para novos argu-

mentos de defesa, mas eu acredito que dificilmente aprecie esse relatório ainda no meio de julho”, destacou.

PEDIDO DE AFASTAMENTO - Sobre o pedido de afastamento de Edna da Comissão de Direitos das Mulheres, Chico 2000 explicou que a falta de quórum nas reuniões do Colégio de Líderes tem postergado a análise da medida.

A pauta vai ser incluída no próximo encontro de líderes partidários, que será realizado na segunda-feira, 10 de julho.

“Essa reunião está prevista para toda segunda-feira, momento esse em que se define a pauta da semana. Infelizmente, nesta segunda-feira não teve quórum. Nós montamos a pauta com as matérias que já tínhamos e que vêm de uma votação já,

mas queremos crer que na próxima segunda essa reunião do Colégio de Líderes acontecerá”, disse.

A DENÚNCIA - A vereadora é alvo de uma denúncia de possível prática de rachadinha com verba indenizatória de chefe de gabinete. O caso foi apresentado pelo site RD News, com prints de conversas em que a ex-chefe de gabinete Laura Abreu era cobrada para depositar o valor em contas bancárias da petista.

O episódio fez com que seus colegas de parlamento apresentassem pedido de abertura de comissão processante na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara para apurar suposta quebra de decoro.

DEFESA - A vereadora se defendeu das acusações dizendo que está sendo vítima de violência política e de gênero, per-

petrada por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações que não têm nenhum fundamento.

Edna explicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre

como estão sendo gastos os recursos das verbas indenizatórias, tanto as suas como as da chefe de gabinete.



Gilberto Leite

Presidente da Câmara afirma que dificilmente o relatório da Comissão de Ética será apreciado antes do recesso parlamentar

